



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

Discurso na solenidade de sanção da lei complementar que cria o Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 4 DE FEVEREIRO DE 1998

Senhor Vice-Presidente Marco Maciel; Senador Antonio Carlos; Senhor Ministro Extraordinário da Reforma Agrária, Raul Jungmann; Senhores Ministros de Estado que aqui se encontram; Senhores Parlamentares; Senhores Relatores no Senado e na Câmara, Senadores Lúcio Alcântara e Osmar Dias e Deputados Roberto Balestra, Jairo Carneiro e Yeda Crusius; Senhor Representante do BNDES; Senhor Presidente do Incra; Senhoras e Senhores,

Eu creio que, depois das palavras tão inspiradas do nosso Ministro Raul Jungmann, o Presidente tem muito pouco a acrescentar.

Tenho que fazer uma referência histórica, porque acho que é do meu dever e, tenho certeza, do sentimento de todos nós o agradecimento aos que formularam esse projeto na Câmara. Na Câmara, foram o Deputado Hugo Biehl e Deputado Dilceu Sperafico e, no Senado, o Senador Amin. Foi, na verdade, o projeto do Senador Amin que serviu de base para que nós pudéssemos levar adiante essa resolução.

E quero agradecer porque houve compreensão por parte dos autores, dos autores históricos, do autor atual, que permitiram ao Governo que houvesse esse avanço. E, ao dizer isso, ao agradecer, mais uma vez, a

ação enérgica do Congresso nessa matéria, eu só fiquei com uma preocupação: não vi o Gustavo Franco por aqui. Eu desconfio que o Ministro da Reforma Agrária quer ser membro do Conselho Monetário Nacional, na qualidade de banqueiro. Isso me preocupa.

Mas acho que, de qualquer maneira, o fato de, hoje, o Ministro da Reforma Agrária ser, ao mesmo tempo, um homem que dispõe dessa quantidade imensa de recursos é um sinal dos tempos. É um sinal de que nós, efetivamente, começamos a ter condições para divisar um futuro para a questão agrária do Brasil, de uma maneira mais planejada e com mais convicção de que as coisas vão acontecer.

Se nós fizéssemos uma recordação breve – que não farei – do que foi o início dessa pressão a respeito da terra e do quanto se avançou até hoje, é, realmente, de tirar o chapéu.

Eu só pediria que se fizesse aqui o que vi o Presidente Clinton pedir, nos Estados Unidos, recentemente. Ele pediu ao Congresso que, na hora de discutirem as questões educacionais, esquecessem das questões políticas, que deixassem a política na porta da escola e entrassem na escola pensando no Estados Unidos. Isso vale, naturalmente, para questões educacionais. Vejo aqui o Deputado Marchezan, que deu um passo importante também com um projeto que permite ligar a questão da bolsa-escola aos municípios. Eu acho que o Brasil tem entendido isso.

Na questão da reforma agrária, também devíamos pensar no mesmo sentido. Eu acho que os movimentos que querem a reforma agrária, que são muitos e valiosos, deviam fazer a mesma coisa: deixar a política para o campo próprio da política. Claro que a política, num sentido mais amplo, permeia tudo, mas não no sentido partidário, de dificultar as votações. Às vezes, tudo indica que uma coisa é para o bem do Brasil, e, de repente, as pessoas, ao invés de pensarem no bem do Brasil, pensam que, naquele âmbito pequenininho de uma comissão ou de uma votação no Plenário, ali devem se manifestar numa oposição. A quê? Ao Brasil? Isso vale para a reforma da Previdência, isso vale para a reforma administrativa, isso vale para tudo.

Nós estamos num momento em que o Congresso, por sua maioria, tem demonstrado esse espírito de compreensão, de que o que vale é

avançar no sentido de modernizar o Brasil, é avançar para que, efetivamente, os que precisam, os pobres, os sem-terra, o que são vítimas dos privilégios da Previdência – que dificultam a existência de uma Previdência sem déficits –, esses, sim, tenham os benefícios da nossa ação, e não, eventualmente, uma vantagenzinha política aqui, outra vantagenzinha política ali, que diminui cada um daqueles que participam dessa luta menor, diante dessa vontade imensa deste país de se modernizar, de se transformar.

Isso no campo da reforma agrária, e não só da reforma agrária, da política em geral, agrícola, na questão que diz respeito ao Pronaf, ao financiamento do pequeno produtor rural, ao financiamento do produtor rural em geral. Eu fiquei muito impressionado, uma vez, quando um fazendeiro, aqui, disse que parece, no Brasil, vergonhoso ser fazendeiro. Não. Vergonhoso é não trabalhar, vergonhoso é explorar, vergonhoso é não pagar imposto. Mas exercer essa profissão com toda a dignidade, ao contrário, o Brasil precisa. Nós precisamos é de mais fazendeiros, de mais pequenos proprietários, de mais gente que trabalhe efetivamente em regras novas, que não fique simplesmente dependendo da proteção, que nunca é proteção do Estado, quase sempre é uma troca de favor político. E, pior ainda é quando a troca é com movimento social, que fica também criando dependentes dele, ao invés de resolver os problemas do Brasil. O Brasil já amadureceu. Ninguém mais vai atrás de mistificação, ninguém mais vai atrás de palavras vazias.

Nós queremos ver, realmente o que está acontecendo. E o que está acontecendo está demonstrado, hoje, aqui: os resultados estão aí, o Congresso enfrentou as questões, o Executivo lutou. O Ministro foi, como tenho dito mais de uma vez, extraordinário, incansável no convencimento do País, para que nós tenhamos, efetivamente, uma sociedade mais justa, mais igualitária.

Acho que é isso que se reitera a cada encontro que nós temos aqui nesta ou em outra sala deste Palácio, como se reitera em cada votação que o Congresso tem tido na Câmara ou Senado. Eu vejo que a opinião pública, cada vez mais, percebe que, efetivamente, nós estamos mudando este país, porque o País cansou da mistificação, cansou de palavras

vazias e de ordem, que são de desordem, na verdade, e quer uma vida melhor, mais decente para os seus filhos.

E isso tudo nós estamos tratando de manter e de levar adiante com a estabilização do Real, com a democracia enraizada no Brasil e com esse espírito que não é de alienação das prerrogativas de cada um. O Senado e a Câmara modificam à vontade as propostas do Executivo, e devem modificar. Mas o espírito é de convergência. O Executivo tem que entender e ter sensibilidade para, quando a modificação é justa, apoiar, como, da mesma maneira, o Congresso tem tido a sensibilidade de apoiar aquelas propostas do Executivo que são justas, que são corretas, que vão na direção do que o País quer. E a população, sentindo isso, certamente será solidária, não conosco, mas com o progresso do País, que é o que nós todos queremos.

Muito obrigado a todos os senhores, em especial aos autores desse projeto do Banco da Terra.